

## **Poder político em Montes Claros na primeira República**

César Henrique De Queiroz Porto

A história política de Montes Claros foi marcada durante boa parte de sua existência como comunidade política pelo predomínio de um grupo bem restrito de famílias no comando do aparelho político municipal. Os proprietários de terras, juntamente com médicos, advogados e outros profissionais liberais, serão personagens marcantes nessa trajetória inscrita num quadro em que, um número relativamente pequeno de famílias ligadas em sua maioria à propriedade da terra, se torna presença permanente no comando político local.

Essas famílias foram, com frequência, representadas pelos coronéis e seus “doutores”. Tais grupos acabaram estruturando historicamente determinadas práticas políticas que vão acabar configurando e modelando a cultura política local ao longo de todo o século XX.

Os principais valores que vão permear a cultura política do município – a violência, o personalismo e o paternalismo – se estruturam ao longo do processo de povoamento e ocupação e, conseqüentemente, de formação da comunidade política local muito antes do advento da República.

Às primeiras redes de poder se formaram ao longo do século XIX – Período Imperial – na região de Montes Claros. Com a queda da monarquia e sua substituição pela República, os grupos detentores do poder vão se reestruturar para se inserirem na nova ordem, marcada pelo federalismo e pelo regime representativo de base maior.

Nessa nova conjuntura, os chefes locais, através do controle e manipulação dos processos eleitorais, determinarão um conjunto de práticas que, somado as já existentes do período anterior – no caso o império – funcionaram como matriz na edificação de um certo *habitus*<sup>1</sup> político local, elemento modelador e configurador da cultura política montesclareense.

Entendemos que a interpretação da esfera política local pode se dar através de um viés que privilegie a cultura política. Serge Berstein, reconhecendo a complexidade da noção de cultura política e citando uma definição de Jean-François Sirinelli, caracteriza-a como um conjunto de referências formalizadas em um partido, família e ou tradição política. Infere-se que as representações possuem um papel importante na cultura política – podendo a mesma ser expressa por um vocabulário, palavras chaves ou uma linguagem simbólica -, bem como, que essa chave de leitura do político possui um caráter plural.<sup>2</sup>

Além disso, conforme Berstein ainda, no interior de uma mesma nação pode existir uma pluralidade de culturas políticas, sendo que uma dentre elas pode ter um papel predominante, durante um certo tempo, em determinada sociedade. Não podemos encarar a cultura política como algo parado, imóvel, estático. Ela é um fenômeno evolutivo, podendo, ao longo do tempo, sofrer um processo de elaboração, e até de adaptação.<sup>3</sup>

A cultura política do município, no decurso da primeira república, se inscreve dentro de uma conjuntura marcada pelas práticas tipicamente coronelistas. Contudo, o coronelismo local é fruto de uma realidade histórica própria, fato que contribui para caracterizar o quadro político local.

Ao longo da chamada República Velha, os grupos políticos regionais (re)elaboraram suas antigas práticas de poder e se consolidaram enquanto oligarquias que praticamente monopolizarão o controle político da cidade durante praticamente todo o século XX. A existência dessa continuidade ao longo dessa trajetória política revela importantes características inscritas no *habitus* político local, e por conseguinte, na cultura política. Tais características atuaram como tendências diretamente relacionadas com a estrutura do campo político da cidade no período compreendido nesse estudo, pois

(...) o campo político, é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.

(...) a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e portanto tanto mais provável, quanto mais despossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação activa na política estão os simples aderentes –sobretudo o tempo livre e o capital cultural.<sup>4</sup>

Devido a sua própria natureza, o campo político acaba limitando o universo do discurso político. Os profissionais inscritos no campo, no caso os agentes políticos, acabam elaborando um conjunto de intenções políticas diretamente relacionadas com a lógica do próprio campo, restringindo assim a atuação nesse espaço a um corpo restrito de “profissionais”, o que implica em um desenvolvimento e preparação especial de um certo tipo de *habitus*. Bourdieu afirma ainda, que o campo político possui uma tendência para organizar-se em torno da oposição entre dois pólos. Segundo ele

O facto de todo o campo político tender a organizar-se em torno da oposição entre dois pólos (que, como os partidos do sistema americano, podem eles próprios ser constituídos por verdadeiros campos, organizados segundo divisões análogas) não deve fazer esquecer que as propriedades recorrentes das doutrinas ou dos grupos situados nas posições polares, “partido do movimento” e “partido da ordem”, “progressistas” e “conservadores”, “esquerda” e “direita”, são invariantes que só se realizam na relação com um campo determinado e por meio dessa realização.<sup>5</sup>

Montes Claros, durante boa parte do primeiro período republicano esteve dividida em duas facções que disputavam o controle da câmara municipal. Ambas a facções pertenciam ao partido republicano mineiro. A respeito disso, John Wirth vai resumir a conjuntura local em seu estudo sobre Minas Gerais, na chamada primeira República – na verdade, sua análise se estende até 1937. Através do seu comentário referente às relações políticas locais, podemos ver que a violência se consolidou como um dos aspectos marcantes da cultura política local. Segundo ele, a cidade de Montes Claros

(...) durante anos esteve dividida em 2 campos de batalha. Um deles, o “Partido do Alto”, situado na praça mais alta da cidade, era liderado pelos irmãos Alves, Honorato (1868-1948) e João

José (1876-1935). Era deles a facção conservadora denominada “baratas”, herdada pelos irmãos de um médico cuja prática no Norte de Minas e Bahia os Alves continuaram. O outro, o chamado “Partido de Baixo” (por causa da outra praça), estava sob a chefia de Camilo Filinto Prates (1865-1940), professor de escola normal. Seu grupo remontava à velha panelinha liberal conhecida como “molotros”. Cada facção tinha uma banda marcial, um jornal, seus assassinos contratados e aliados nas localidades vizinhas. As crianças cujas famílias pertenciam um partido não ousavam brincar com os filhos de membros de outro. Inevitavelmente, os 2 lados, em suas cores republicanas, receberam novos apelidos: os “carecas” e os “metidos”. Em 1915, os primeiros anos de competição não violenta deram lugar à guerra aberta. Montes Claros, uma cidade de estação de ferro e mercado regional de gado, cresceu e prosperou, apesar dos tiroteios de winchester e as explosões de bombas de dinamite.<sup>6</sup>

O trecho acima expressa muito bem o panorama da cidade no início do século XX. Percebe-se que a lógica do campo político tende a se reproduzir no seio do partido republicano local por meio de suas divisões. As duas facções se envolviam constantemente em disputas – muitas vezes marcadas pela violência – pelo controle dos postos políticos municipais.

Conjunturalmente, a estrutura do campo político da cidade, no período compreendido pela pesquisa – 1889-1930 – se insere dentro de um contexto bem mais amplo, marcado por uma conjuntura política tipicamente coronelista. Para a caracterização dessa conjuntura, nos reportamos ao referencial teórico de Victor Nunes Leal.<sup>7</sup> Conforme esse autor lembra, o coronelismo é uma forma de adaptação de conteúdos residuais do poder privado a uma nova ordem política, marcada por uma extensão do direito de voto. Diante disso, o mesmo autor destaca ainda, que o fortalecimento do poder público contribui para a manutenção do coronelismo, o que infere uma característica nitidamente governista desse sistema.

É dentro dessa conjuntura – impregnada pelo sistema coronelista – que devem ser enquadradas as disputas políticas em Montes Claros, onde ambas as correntes se declaravam fiéis ao governo estadual e a cúpula do Partido Republicano Mineiro. Ambas se digladiavam para receber os benefícios advindos do apoio governamental, benefícios esse

que incluíam a chamada “carta-branca” concedida a corrente majoritária pelo governo do Estado, e que se constitui em peça fundamental do esquema coronelista.

O coronelismo local também foi marcado por outras práticas mandonistas como, por exemplo, pedidos de demissão e remoção de funcionários públicos, além dos tradicionais acordos patrocinados pelo governo estadual. Até um caso de duplicata de câmaras, foi verificado na tradição política da cidade.

Constatamos também que, grande parte dos chefes políticos locais eram bacharéis, principalmente médicos. A força e o prestígio dos médicos na política da cidade fazia parte da cultura política local desde o período imperial, quando o Doutor Carlos Versiani deixou uma tradição de “médico da pobreza” em cerca de meio século de atuação profissional. Ao mesmo tempo, ele consolidou o seu prestígio político na região ocupando a presidência da câmara por quase vinte anos. De fato, um dos chefes políticos de maior prestígio no período republicano, João Alves, herdou essa tradição política. Incorporou esse *habitus* de “pai da pobreza” e também vai fazer da prática da medicina o principal impulsionador de sua carreira política.

Durante a epidemia de 1918, João Alves se destaca no atendimento a população e se consolida efetivamente como um grande benemérito da população. Nessa oportunidade, seu capital político é renovado e de certa forma, ampliado. Sua atuação na época da epidemia, conferi-lhe a alcunha de “médico da pobreza”, pois atendia a população carente do município.

A prática política de João Alves desenvolvida ao longo de seu contato com o campo político local é um elemento revelador de uma feição nitidamente paternalista da cultura política regional. Tal paternalismo atuou como elemento que contrabalançou, de certa forma, a violência e o autoritarismo. Determinadas práticas, como o atendimento de algumas demandas de saúde da população pobre da cidade, contribuíram para congregar em torno de alguns chefes políticos, um número considerável de pessoas. O caso de João Alves é um importante revelador dessa tradição política. O seu capital político provinha em grande parte

dessa população, que não podia dispensar os favores oferecidos pelo médico. Por isso, sua reputação no campo tendia sempre a se conservar.

Ao mesmo tempo em que o campo político condiciona o *habitus*, esse também atua sobre o campo. Uma verdadeira relação de duplo efeito, pois se as precárias condições de saúde, miséria e exclusão em uma pequena cidade sertaneja, podem ser entendidas como um elemento favorecedor da proliferação desse tipo de capital político, por outro lado, uma parcela expressiva da população resulta permanecer em uma condição de verdadeira clientela daqueles que – como João Alves – conseguem preencher algumas demandas populares.

---

<sup>1</sup> Entendo o conceito de *habitus*, conforme Bourdieu salientou, como um conhecimento adquirido, um haver, um capital ou disposição incorporada. BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 61

<sup>2</sup> BERSTEIN, Serge. La cultura politique. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (orgs.). Pour une Histoire Culturelle. Paris: Éditions du Seuil. p.371-386.

<sup>3</sup> *Ibidem*. p.377.

<sup>4</sup> BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.* p.164.

<sup>5</sup> *Idem*. p.179.

<sup>6</sup> WIRTH, John D. O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 224

<sup>7</sup> LEAL, Victor Nunes. O Coronelismo, Enxada e Voto. Rio de Janeiro: Alfa Omega, 1978.